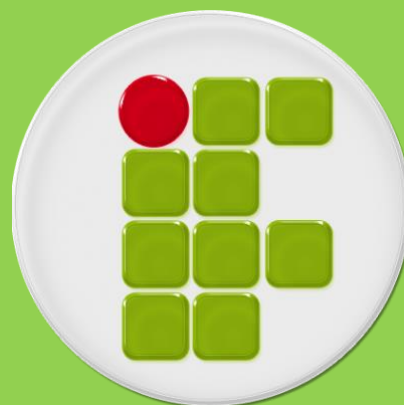


**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RONDÔNIA**



**PRONIL
PROGRAMA DE DIAGNÓSTICO, INTERVENÇÃO E
NIVELAMENTO DOS ALUNOS DOS CURSOS
TÉCNICOS E DE GRADUAÇÃO DO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DE RONDÔNIA**

**UMA PROPOSTA DE COMBATE
À EVASÃO E À RETENÇÃO**

Rondônia, 2016

Proposta de Programa de Diagnóstico, Intervenção e Nivelamento (PRONIL) apresentada por Antônio Carlos da Silva Costa de Souza, coordenador de ensino de graduação, à Pró-reitoria de Ensino para que sejam tomadas as devidas providências e dados os encaminhamentos necessários referentes à aprovação e implantação.

SUMÁRIO

Introdução	4
2. Justificativa	6
3. Objetivos	9
3.1 Objetivos Gerais	9
3.2 Objetivos Específicos	10
3.2.1 Objetivos Relativos ao Diagnóstico	10
3.2.2. Objetivos Relativos à Intervenção e ao Nivelamento	10
4. Metodologia	11
4.1. Da Comissão Própria de Diagnóstico, Intervenção e Nivelamento (CPDIN)	11
4.2. Das Estratégias Diagnósticas	12
4.1. Das Ações Interventivas	12
5. Forma de Ingresso e Vagas	13
5.1 Forma de Ingresso no PRONIL	13
5.2 Vagas	14
6. Recursos	14
6.1. Materiais	14
6.2. Humanos	14
6.3 Financeiros	15
6.4 Marketing	16
7. Avaliação	16
7.1. Dos conceitos obtidos	16
8. Da Certificação	16
9. Do Cronograma	16
9. Considerações Finais	17
Referências	17

Introdução

O Brasil é um país de grandes dimensões territoriais, fato que dificulta a aplicação eficiente de políticas públicas de avaliação, de investimento e de controle da educação nacional, além do mais, a falta de distribuição de recursos necessários, o pouco investimento na infraestrutura, o descaso na formação de profissionais de educação e o desalinhamento econômico e cultural das camadas sociais levam a escola, em todos os níveis, a formar meninos e meninas com desigualdade de condição, principalmente no que se refere aos conhecimentos linguísticos, matemáticos e tecnológicos. Por assim o ser, a maioria dos alunos que ingressam nos níveis mais adiantados, salvo as exceções, possui algum tipo de deficiência na formação preliminar.

Além do que já foi mencionado no prólogo desta introdução, a falta de modernização do ensino público no Brasil tem sido a grande vilã do desnível entre os alunos que são matriculados nas etapas subsequentes. A inabilidade com os conhecimentos linguísticos, matemáticos e tecnológicos também está entre as principais causas do desnível entre os discentes. Estes não são os únicos entraves, mas são, sobremaneira, o que mais puxa para cima o índice de alunos com problemas de aprendizagem.

Nas pesquisas socioeconômicas e culturais que são realizadas no momento em que os alunos ingressam nas escolas está nitidamente assinalado que o número de alunos com oportunidade de frequentar as melhores escolas, com professores mais bem formados, com livros, apostilas e manuais atualizados é infinitamente menor que o quantum daqueles que estudaram com condições medíocres e, porque não dizer, subumanas.

O inquestionável contraste entre os alunos que se dedicaram somente aos estudos e aqueles que dividiram a dureza dos bancos escolares noturnos com a árdua jornada de oito horas de trabalho diário dispensa minúcias e poupa comentários. Por necessidade, a maioria desses alunos dedicou muito mais tempo ao trabalho que aos estudos e isso os coloca em desvantagem em relação aos que só estudaram.

Não só os fatores sociais e econômicos desencadeiam o desnível de conhecimento nos alunos, mas também os distúrbios e dificuldades na aprendizagem atuam como vilões na má formação biológica, psicológica e física do indivíduo. Além do mais, é importante somar a tudo o que já foi listado a falta de estímulo da família e, principalmente, da escola como fator gerador de baixa aprendizagem e conseqüentemente da evasão e da retenção.

A educação brasileira, considerando os indicadores nacionais e os baixos rendimentos demonstrados na Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), na Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC/Prova Brasil), na Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEBC), no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e no Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE),

não produz os conhecimentos necessários à formação discente: quer seja básica, quer seja técnica, quer seja tecnológica, quer seja superior.

Como se pode notar, inúmeros são os fatores que levam a defasagem do aluno que sai de uma etapa inferior para outra posterior da educação. Trata-se de um fenômeno social que acontece em cadeia – um nível inferior mal feito leva, quase sempre, o aluno a ter problemas de aprendizagem nos níveis subsequentes. Um aluno com problemas de aprendizagem é um repetente em potencial e propenso a evasão escolar.

Em face dessa má formação, os alunos que ingressam nas etapas mais avançadas da educação apresentam acentuados desvios de leitura, de interpretação, de escrita, de capacidade reflexiva, de articulação crítica e concatenação das ideias, de raciocínio lógico e matemático, de conhecimentos da história, da geografia, da arte, da cultura, da ciência, da ética e de competência infotecnológica. O grau de letramento de parte significativa desses alunos passa longe do requerido nos documentos oficiais do Ministério da Educação.

No modelo de educação praticado no Brasil, os alunos são formados em salas lotadas e recebem uma educação homogênea como se todos fossem iguais. Esse modelo é mais um complicador para a construção de uma sociedade escolar desnivelada.

Todas as reflexões sugeridas nesta introdução mostra-nos o quanto a escola brasileira ainda precisa melhorar para formar grupos de alunos com os conhecimentos necessários para prosseguir estudando nas etapas seguintes e, principalmente, para garantir o sucesso profissional e o exercício pleno da cidadania.

Em virtude de uma educação nacional cujo foco passa longe de uma formação integral e satisfatória, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia tem recebido alunos com diversos níveis de competências e habilidades que vão desde os que sabem muito aos que pouco sabem para acompanhar as lições exigidas na sua formação básica, técnica, tecnológica e superior.

Em virtude dos diversos fatores acima enumerados, os alunos, quando ingressam nos níveis mais avançados, quase sempre, apresentam acentuada defasagem no seu mecanismo de aprendizagem e isso dificulta o seu desempenho nas diferentes disciplinas curriculares dos cursos técnicos e de graduação do IFRO.

Esse fenômeno tem refletido diretamente no trabalho dos professores que não conseguem cumprir os cronogramas das disciplinas, visto que precisam retomar conhecimentos de formação básica ministrados nas etapas anteriores para que parte significativa dos alunos possa acompanhar o restante da classe na realização das tarefas. As sucessivas interrupções dos conteúdos regulares para ministrar conteúdos basilares geram retrabalho e impedem o avanço das turmas.

Ademais, cabe registrar que a falta de conhecimento básico para acompanhar os conteúdos tem sido apontado pelas estatísticas nacionais como sendo um dos principais fatores que conduzem à evasão e a retenção de alunos que, quase nunca, foram assistidos por programas reparadores das defasagens causadas pela caótica educação nacional.

Desta maneira, o IFRO, por meio das diretorias de ensino dos campi e sobre a supervisão direta da Diretoria de Desenvolvimento do Ensino / PROEN, institui o presente Programa de Diagnóstico, Intervenção e Nivelamento (PRONIL) com o escopo de minorar as deficiências de formação básica dos alunos ingressantes nos diversos níveis de formação, evitando, sobremaneira, a evasão e a retenção.

O diagnóstico precoce das dificuldades apresentadas pelos alunos ingressantes e a imediata intervenção no nivelamento possibilitarão ao aluno em curso acompanhar o resto da classe de modo satisfatório.

Com as ações niveladoras, os professores poderão estabelecer um padrão linear na aplicação dos conteúdos sem que seja necessário promover interpolações ou resgate de conceitos e conhecimentos oriundos dos níveis anteriores.

O PRONIL não é uma proposta de inversão de papéis. Não é da competência da educação superior ensinar os conteúdos da educação básica, nem do ensino médio entrar nos méritos da educação fundamental. Ainda assim, é possível, por meio de uma intervenção eficiente, estimular os alunos ingressantes e em curso a desenvolverem habilidades e competências que os possibilitem seguir nas séries mais avançadas sem serem assombrados pelo “fantasma” do não conhecimento do básico.

Em suma, o PRONIL não é um programa que se limita às ações de nivelamento de forma isolada, trata-se de um programa permanente de acompanhamento do aluno durante a sua permanência no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). As ações do PRONIL deverão ser aplicadas de forma contínua e permanente a fim de que seja possível, a todo tempo, detectar os alunos com desvantagens diversas para que sejam corrigidas antes que gerem a evasão e a retenção.

2. Justificativa

As relações interindividuais impostas pela sociedade moderna e contemporânea exigem que todos os indivíduos sejam dotados de competências que os habilitem ao pleno exercício do trabalho e da cidadania. É preciso que sejam aptos para a leitura, para a interpretação e para a reflexão imediata e eficaz dos principais códigos linguísticos, matemáticos e tecnológicos ligados a sua práxis, sob pena

de se excluir como sujeito ativo das ações comunitárias em face de sua inabilidade para lidar com os sistemas que movem as engrenagens das sociedades modernas.

Com fundamento em Oliveira e Oliveira (2016, p. 151), “um dos casos paradigmáticos que trata a problemática da educação brasileira na atualidade parte do pressuposto histórico de que, no Brasil, ainda existe uma escola dualista” que trata os indivíduos nela inseridos, direta ou indiretamente, como se pertencessem a dois grupos distintos. “A desigualdade de direitos, em termos práticos, está tão camuflada que não a percebemos, mas basta analisar os grupos sociais para vermos que, de fato, não há educação para todos ou pelo menos não é ofertada de forma igualitária” (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2016, 151).

A educação brasileira, ao longo de sua história, viveu muitos períodos de instabilidade decorrente das mudanças de direção na política nacional, quase sempre radicais. Essas mudanças nem sempre foram tranquilas e favoráveis à consolidação de um ensino que pudesse ser considerado satisfatório para a formação integral do aluno, com especial destaque para aquele matriculado na rede pública.

Conforme mostram os dados históricos, as políticas educacionais brasileiras, com especial destaque para aquelas instituídas nas últimas décadas, têm se preocupado com a inclusão de todos no sistema educacional, sem, no entanto, garantir que o ensino oferecido tenha o mínimo de qualidade necessária para a formação básica dos indivíduos que, geralmente, chegam, por mérito (ou não), nos níveis mais avançados sem ter adquirido conhecimentos primários capazes de facilitar sua aprendizagem subsequente.

Para facilitar a compreensão e tornar o mais didática possível esta justificativa, passaremos a enumerar alguns fatores que contribuem, sobremaneira, para o desnível de conhecimento dos alunos brasileiros.

O primeiro aponta para o ensino de conteúdos obsoletos, visto que o sistema educacional privilegia o ensino de conteúdos ultrapassados que não têm a mínima utilidade na formação integral do aluno. Em lugar de ensinar a ler, interpretar, refletir, criticar, sintetizar, analisar, avaliar e aplicar os conteúdos linguísticos, ensinam a decorar regras da gramática normativa. Em vez de ensinar resolver problemas contextuais utilizando a lógica matemática, ensinam a memorizar fórmulas que em nada contribuem para a vida prática do aluno. A geografia é vista como se rios, florestas, planícies, populações fossem de outro planeta diferente da Terra. A história é tão distante do aluno que ele não se vê parte dela. A física e a química parecem ser assuntos para ser discutido somente por Einstein, Newton e Dalton. A tecnologia ensinada nos bancos escolares ignoram as máquinas maravilhosas que abrem janelas entre o aluno e o mundo com um simples toque na tela.

O segundo nos leva a acreditar que fatores culturais, sociais e econômicos aliados à falta de oportunidades contribuem para a evasão e para a retenção de alunos que, além de sofrer com os prejuízos apontados no primeiro fator, ainda acumulam a necessidade de deixar a escola para ajudar os pais na manutenção da família, quando não têm que prover a própria família, já que muitos se casam precocemente.

Esses alunos que deixam os bancos escolares para cuidar de sua própria sobrevivência e/ou da sobrevivência de outrem tendem a retornar à educação formal por meio de escolas supletivas que, nem sempre, se mostram eficientes. São escolas que resolvem o problema da descontinuação escolar, mas que não estão preparadas para devolver esse aluno ao sistema educacional apto a competir em pé de igualdade com os pares.

A escola brasileira, influenciada por métodos tradicionais, tende a considerar os processos de ensino e de aprendizagem muito mais pragmáticos que exequíveis. Não há escola que não fale da inevitável articulação entre a teoria e a prática, da relação entre os conteúdos e o contexto, da incondicional necessidade de compreender as razões entre os conceitos expressos na letra fria dos livros e os conceitos reais de mundo, de sociedade, de homem, de ciência e de tecnologia; no entanto, essas discussões ficam, quase sempre, restritas ao campo das ideias. Indivíduos que não são capazes de articular o que conhecem com o a realidade, podem ter problemas para intervir no meio em que vivem e, por isso, serem levados a viver como marginais.

As estatísticas apontam para o despreparo de grande parte dos alunos que acessam os níveis mais adiantados da educação. Quase sempre, são estudantes que chegam desnivelados em relação aos que, por sorte, estudaram nas escolas da iniciativa privada ou nas poucas instituições públicas que primam pela excelência nos estudos. São meninos e meninas, homens e mulheres que não conseguem compreender sozinhos sua caótica situação e, que, se não receberem a necessária intervenção pedagógica, tornam-se potenciais evadidos e retidos. Conforme Dranka et al (2016, 39) diversos fatores contribuem para a a evasão escolar, dentre eles está a “[...] bagagem cultural dos discentes, que muitas vezes é insuficiente para conseguir acompanhar um estudo [...]” em qualquer nível: quer seja básico, quer seja superior. Essa falta de bagagem leva o aluno a sucessivas reprovações que acabam se desfechando numa desistência inevitável do curso. E isso não é uma prerrogativa só da educação superior, trata-se também de uma realidade da educação básica.

Nos Institutos Federais (IFs), conforme Neves e Andrade (2016, p. 109), “o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional [...] veio como a solução para nossos problemas de formação de mão de obra de qualidade para atender aos interesses do capital, que não deixa de ser necessário”. A proposta de escola com missão especial na formação do indivíduo está incutida na própria lei que cria os IFs. Trata-se de uma proposta que visa “formar pessoas com capacidade de análise crítica e de

conduzir sua vida com autonomia e de poder viver bem consigo e com os outros [...]” (NEVES E ANDRADE, 2016, p.109).

Apesar de tudo, não podemos nos esquecer de que os alunos ingressantes nos IFs são oriundos das mesmas escolas de Ensino Fundamental e de Ensino Médio de onde são provenientes todos os alunos ingressantes nas outras escolas e faculdades. Ainda conforme Neves e Andrade (2016, p. 109), “se olharmos de perto para os cursos em processo e para os egressos poderemos identificar se nossa missão está sendo cumprida” (ou não).

O impacto causado pela transição de nível aliado ao desconforto de não conseguir acompanhar as tarefas propostas pelo professor podem constituir um processo último de desequilíbrio que reflete no agravamento do desnível e, como consequência, leva o aluno a evadir-se da escola ou à retenção quando não recebe o auxílio necessário das equipes.

Os fatores apresentados nos pontos anteriores justificam a necessidade de o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, por intermédio de seus *campi*, desenvolver instrumentos de diagnóstico dos desníveis cognitivos, sociais, culturais e acadêmicos impressos no aluno, não só pelo complexo sistema educacional brasileiro, mas também pela diversidade de condições impostas pela sociedade. De igual modo, é preciso também se preocupar em criar estratégias eficazes de intervenção no sentido de reparar os danos supramencionados a fim de dar ao aluno condições necessárias de prosseguir nos estudos, evitando sua retenção e consequente evasão.

Cabe salientar, por último, que não só as falhas na aprendizagem levam o aluno a retenção e a evasão, é preciso que este Programa de Diagnóstico, Intervenção e Nivelamento (PRONIL) mergulhe profundamente para alcançar outras razões que também contribuem para a descontinuidade dos estudos, a exemplo do bullying, da falta de condições econômicas, da impossibilidade de acesso, dentre outros.

3. Objetivos

3.1 Objetivos Gerais

Pesquisar e compreender todas as possíveis causas que levam a evasão e a retenção a fim de criar um sistema administrativo-pedagógico capaz de dar ao aluno a estabilidade necessária e as condições favoráveis para prosseguir nos estudos.

Diminuir os percentuais de evasão e de retenção para atender as metas do Plano de Desenvolvimento Institucional e as previsões oficiais dos órgãos de governo.

Detectar e corrigir as deficiências de formação cognitiva a fim de possibilitar ao aluno ingressante no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia prosseguir nos estudos competindo com os demais colegas em pé de igualdade.

3.2 Objetivos Específicos

3.2.1 Objetivos Relativos ao Diagnóstico

- a) Quantificar e qualificar todas as possíveis causas de evasão e de retenção entre os alunos matriculados nos cursos do IFRO;
- b) Fazer levantamento quantitativo e qualitativo das principais causas de bullying praticado e sofrido pelos alunos;
- c) Aplicar provas diagnósticas aos alunos ingressantes para conhecer suas deficiências em língua portuguesa, matemática, informática e em outras áreas a depender da necessidade e especificidade do curso;
- d) Analisar as anotações e histórico de cada aluno a fim de conhecer sua real situação para acompanhar sua trajetória criando caminhos para a não evasão e a não retenção.

3.2.2. Objetivos Relativos à Intervenção e ao Nivelamento

- a) Criar caminhos para que o aluno aprenda a lidar de forma competente com a língua portuguesa no seu cotidiano acadêmico e profissional;
- b) Estimular o aluno a desenvolver gosto pela leitura e a criar habilidades de interpretação, oralidade e escrita;
- c) Criar caminhos para que o aluno conheça os princípios gerais e desenvolva competências e habilidades matemáticas;
- d) Desenvolver ações que visem aumentar a autoestima dos alunos para que, por si só, descubram suas potencialidades;
- e) Incentivar o aluno a desenvolver projetos de ensino, de pesquisa e de extensão com o propósito de aumentar seu vínculo com o IFRO;
- f) Desenvolver ações visando aumentar a responsabilidade do aluno pela sua própria aprendizagem e pela aprendizagem dos colegas que têm maiores dificuldades;
- g) Promover um acompanhamento sistêmico de assiduidade e de aproveitamento das aulas regulares e daquelas decorrentes deste programa;

- h) Disponibilizar cursos básicos de informática e internet visando aprimorar habilidades de tecnologia da informação e da comunicação nos alunos ingressantes;
- i) Promover ações que identifiquem e coíbam a prática de bullying.

4. Metodologia

O PRONIL é um programa que vai muito além de uma proposta de correção da defasagem deixada no aluno pelos níveis anteriores, trata-se de uma proposta ampla de diagnóstico dos problemas enfrentados pelo aluno e que, certamente, poderá leva-lo à retenção e/ou à retenção.

Como já é do senso comum, o desnível não se dá somente em face da defasagem cognitiva, mas também porque o aluno não se sente incluído de alguma forma entre os pares. Assim sendo, por este programa, o IFRO visa implantar e otimizar ações e mudar comportamentos administrativos e pedagógicos que minorem as angústias que levam os seus alunos a desistirem de seus sonhos.

Do ponto de vista metodológico, o PRONIL deverá se dividir em projetos e subprojetos tantas quantas forem as ações necessárias para evitar a descontinuidade e o insucesso do aluno.

Depois de diagnosticadas as causas que levam o aluno a reprovar e/ou a evadir, as equipes pedagógicas e administrativas devem ser acionadas para desenvolver estratégias e ações pontuais e contínuas, não só uma, mas todas as que forem possíveis e necessárias, a fim de evitar que o aluno engrosse as estatísticas nacionais da evasão e da retenção.

A metodologia específica de cada ação deverá constar de forma detalhada nos projetos e subprojetos que comporão o conjunto das estratégias a serem desenvolvidas pelos *campi*. Além do mais, os projetos e subprojetos deverão ser escritos nos termos da Resolução nº 033/CONSUP/IFRO, de 22 de setembro de 2014.

4.1. Da Comissão Própria de Diagnóstico, Intervenção e Nivelamento (CPDIN)

Os *campi* deverão criar uma comissão interna denominada de Comissão Própria de Diagnóstico, Intervenção e Nivelamento com atribuições específicas para gerir este programa acompanhando e auxiliando na aplicação das estratégias e na promoção das ações a seguir relacionadas.

A CPDIN deverá ser composta por 1 professor, 1 assistente de alunos, 1 orientador, 1 supervisor, 1 psicólogo e 1 aluno. Cada membro deverá ser eleito ou indicado pelos seus pares. Será o presidente aquele que for eleito pelos demais membros. A CPDIN efetivar-se-á por portaria do Diretor Geral do Campus.

4.2. Das Estratégias Diagnósticas

- a. O campus, com o auxílio dos professores, dos coordenadores, dos supervisores, dos orientadores, dos psicológicos e de quaisquer outros servidores, deverá fazer um acompanhamento sistêmico do rendimento de todos os alunos bimestralmente, a fim de detectar o discente que possui dificuldades cognitivas e em que disciplina ou área a dificuldade é mais acentuada;
- b. O aluno com dificuldade deverá ser encaminhado pelos professores às instâncias pedagógicas que deverá construir e manter um prontuário de acompanhamento de todos os alunos que forem encaminhados;
- c. No caso dos alunos ingressantes, o campus aplicará uma prova diagnóstica com o intuito de identificar as principais dificuldades dos alunos. A prova deverá, segundo a necessidade de cada campus, conter questões gerais de conhecimentos linguísticos, matemáticos, tecnológicos e de cunho geral;
- d. Para detectar os motivos da evasão, quando possível, o campus deverá aplicar um conjunto de questões para que o aluno declare por que está desistindo do curso;
- e. Na impossibilidade de aplicar o questionário, o campus deverá entrar em contato com o aluno ou com o seu responsável por telefone ou por outro meio eficaz para saber os motivos que o levaram a desistir do curso;
- f. O campus deverá aplicar, inicialmente, para todos os alunos um questionário a fim de conhecer as principais formas de bullying praticadas entre os discentes, os principais sujeitos ativos e passivos da ação, bem como as consequências decorrentes do ato;
- g. A equipe pedagógica, auxiliada pelos coordenadores de curso, deverá diagnosticar bimestralmente as formas de avaliação de todos os professores a fim de coibir excessos e possíveis falhas na construção dos instrumentos;
- h. Por intermédio da Coordenação de Apoio ao Educando (CAED), o campus deve manter um rígido controle da condição social e econômica dos alunos mais vulneráveis, caso tenha que intervir indicando um programa de assistência estudantil capaz de evitar que o aluno evada ou reprove.

4.1. Das Ações Interventivas

Abaixo será elencado um rol de ações que poderão ser aplicadas com a finalidade de corrigir os desníveis e disparidades detectados na fase diagnóstica, sem prejuízo de outras. As principais ações podem ser:

- a. **Recepção aos Alunos Ingressantes:** Apoiadas pelas direções geral e de ensino e pelos demais setores, as coordenações de curso deverão desenvolver um conjunto de ações com o fito de situar o aluno no seu novo ambiente, promovendo palestras de orientação e/ou de motivação, bem como excursões internas por todo o campus, mostrando a potencialidade da escola e tudo o que está a disposição dele para a realização de seus estudos.
- b. **Combate ao Bullying:** Os setores administrativos e pedagógicos deverão desenvolver de forma ampla, insistente e contínua o combate a qualquer espécie de bullying praticado pelos alunos, pelos professores e pelos demais servidores.
- c. **Inclusão nos Programas:** A CAED deve ser vigilante e criteriosa ao incluir os alunos mais vulneráveis nos programas de auxílio financeiro, moradia, transporte, alimentação, entre outros.
- d. **Minicursos:** Oferecer aos alunos ingressantes cursos de curta duração para aperfeiçoamento em língua portuguesa, matemática, física, química, biologia, informática e outros em outras áreas do conhecimento quando for detectada a necessidade. Os campi devem criar projetos de cursos ancorados no orçamento destinado anualmente para execução do Programa de Acompanhamento Acadêmico e Suporte ao Ensino (PROASEN).
- e. **Eventos:** Com base no que está estabelecido nos artigos 6º e 7º da Resolução CONSUP/IFRO nº 33/2014, os campi devem estimular os alunos a participarem de projetos de pesquisa, de extensão, de ensino, em visitas técnicas, em trabalhos de campo, em congressos, em seminários, em colóquios, em palestras e em cursos diversos, com especial destaque para os discentes mais vulneráveis,
- f. **Acompanhamento:** Todos os alunos deverão ser acompanhados pela CPDIN e pelos demais setores enquanto não saírem da zona de vulnerabilidade.

5. Forma de Ingresso e Vagas

5.1 Forma de Ingresso no PRONIL

O ingresso do aluno no Programa de Diagnóstico, Intervenção & Nivelamento dar-se-á:

- a. Por inscrição do próprio aluno na coordenação de registros acadêmicos;
- b. Por orientação do supervisor, do orientador, do assistente social ou do psicólogo;

- c. Por orientação do professor, do coordenador de curso ou do diretor de ensino;
- d. Por solicitação dos pais ou responsáveis feita diretamente ao presidente da CPDIN.

5.2 Vagas

Todos os alunos poderão ser inscritos no PRONIL, no entanto, os mais vulneráveis terão direito as vagas limitadas no caso de insuficiência de recursos financeiros, materiais e humanos.

6. Recursos

6.1. Materiais

Para o funcionamento do Programa de Diagnóstico, Intervenção e Nivelamento, os *campi* do IFRO deverão disponibilizar todo o material necessário previsto nos projetos das ações apresentadas pela CPDIN e pelos demais segmentos, a saber:

- a. salas de aulas mobiliadas;
- b. anfiteatro;
- c. aparelhos de multimídia;
- d. laboratórios de informática;
- e. laboratórios didáticos específicos
- f. sala de vídeo;
- g. biblioteca;
- h. videoteca;
- i. questionários de aplicação diagnóstica;
- j. materiais gráficos;
- k. reprodução de avaliação diagnóstica;
- l. carro oficial;
- m. aparelho de telefone para ligações externas;
- n. computadores e outros recursos solicitados.

6.2. Humanos

O Programa de Diagnóstico, Intervenção e Nivelamento do IFRO deverá ser administrado por uma equipe multidisciplinar formada segundo as indicações seguintes:

A Comissão Própria de Diagnóstico, Intervenção e Nivelamento do IFRO deverá ser composta prioritariamente por:

- 1 professor;
- 1 supervisor;
- 1 orientador;
- 1 psicólogo;
- 1 assistente social;
- 1 assistente de alunos;
- 1 aluno.

A Comissão Própria de Diagnóstico, Intervenção e Nivelamento terá como principal atribuição gerir e cuidar para que os objetivos, as metas e as ações deste programa se cumpram integralmente.

- a. Deverá fazer parte dos recursos humanos do Programa de Diagnóstico, Intervenção e Nivelamento, além dos membros da CPDIN:
- b. todos os alunos inscritos no PRONIL;
- c. todos os professores inscritos como ministrantes, pesquisadores, extensionistas;
- d. pais de alunos e membros da comunidade externa que se colocarem como voluntários;
- e. alunos monitores devidamente escolhidos para contribuir com os colegas com déficit de aprendizagem.

6.3 Financeiros

Os recursos para a aplicação das ações do **Programa de Diagnóstico, Intervenção e Nivelamento** deverão ser minimamente descritos nos projetos e subprojetos deste programa a serem submetidos aos editais da PROEN, PROEX, PROPESP. Assim sendo, os recursos financeiros para custearem os projetos e subprojetos deverão sair do orçamento do órgão proponente (ensino, pesquisa, extensão).

O Programa de Diagnóstico, Intervenção e Nivelamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia está amplamente amparado na Resolução nº 033/CONSUP/IFRO, de 22 de setembro de 2014, art. 7º, inciso II, que trata, com especificidade do PROASEN (Programa de Acompanhamento Acadêmico e Suporte ao Ensino), sem prejuízo de aplicação dos demais programas previstos nos incisos I, III, IV e V.

6.4 Marketing

O Programa de Diagnóstico, Intervenção e Nivelamento deverá ser de responsabilidade compartilhada da Comissão Própria de Diagnóstico, Intervenção e Nivelamento e das Coordenações de Curso.

Todas as estratégias diagnósticas, ações e resultados deverão ter ampla divulgação na comunidade interna e externa do campus.

7. Avaliação

Todas as estratégias e ações do Programa de Diagnóstico, Intervenção e Nivelamento constituem um processo global de avaliação. A Comissão Própria de Diagnóstico, Intervenção e Nivelamento, de posse dos dados obtidos nos relatórios, deverá fazer, periodicamente, uma avaliação sistêmica do progresso alcançado na aplicação das ações do PRONIL. Por último, os relatórios com os resultados deverão ser amplamente debatido com a comunidade interna e divulgado para conhecimento da comunidade externa a fim de colher contribuições para a consecução de novas estratégias e ações.

7.1. Dos conceitos obtidos

Os conceitos obtidos pelos alunos participantes nas atividades de nivelamento não poderão ser aproveitados como notas ou complementação de notas nas disciplinas previstas nas matrizes curriculares dos cursos técnicos e de graduação; no entanto, a participação nas ações poderão servir para contar horas em atividades complementares quando previstas no projeto pedagógico do curso.

8. Da Certificação

Todos os servidores e alunos participantes como ministrantes, monitores e assistentes receberão certificados contendo o tipo de participação, o nome da atividade e a quantidade de horas dedicadas ao projeto ou subprojeto.

9. Do Cronograma

O cronograma deverá ser parte obrigatória dos projetos e subprojetos com execução em prazo não superior a um ano para cada ação.

9. Considerações Finais

Aplicar um programa da dimensão do Programa de Diagnóstico, Intervenção e Nivelamento não é uma simples tarefa que pode ser realizada por uma pessoa só ou por um grupo reduzido de pessoas; é preciso que toda a sociedade vinculada (ou não) aos *campi* receba o chamado e seja conduzida a abraçar a causa de combate a evasão e a retenção como o fazem todos em tempos de epidemias.

É certo que a eficiência do programa dependerá do esforço comum de todos. O sucesso dos projetos e subprojetos de nivelamento na mais ampla acepção da palavra está intimamente ligado ao interesse de professores, alunos, servidores técnicos em assuntos educacionais (TAEs), pais e comunidade em geral. Todos devem entender o combate à evasão e à retenção pelo nivelamento como uma missão de guerra contra a desigualdade no ambiente escolar.

Assim sendo, em lugar de procurar culpados, é preciso arregaçar as mangas e ir à luta. O Governo Federal deve fazer sua parte fomentando e cobrando resultados; o Instituto Federal de Rondônia, por meio das pró-reitorias de ensino, de pesquisa e de extensão, deve garantir a execução do PRONIL editando e financiando cursos e outros eventos de pesquisa e de extensão chamados por editais; os *campi* com suas comissões internas, neste programa denominadas de CPDINs, diretorias, coordenações, professores, TAES, alunos, pais e demais interessados devem garantir a execução dos projetos e dos subprojetos na base. O combate ao “vírus” da evasão e a retenção deve ser uma questão de honra coletiva.

Referências

1. CONSUP/IFRO. **Resolução nº 033/CONSUP/IFRO**, de 22 de setembro de 2014. Disponível em: http://www.bibli.fe.unicamp.br/download/apostila_abnt.pdf. Acesso em 18 de fevereiro de 2016.
2. DRANKA, Maria Isabel Borba; RIBEIRO, Rakel Martins; MACHADO, Veruska Ribeiro e SILVA, Cláudio Nei Nascimento da. Entre a teoria e a agonia: causas da evasão no ensino superior na percepção de especialistas e alunos. **II Workshop Nacional sobre Evasão na Educação Profissional Técnica e Tecnológica: da compreensão ao enfrentamento**. Brasília: IFB, 2016.

3. NEVES, Cristiane e ANDRADE, Flávio Anício. Percepção do curso por alunos e professores: investigando razões para a evasão e a reprovação. **II Workshop Nacional sobre Evasão na Educação Profissional Técnica e Tecnológica: da compreensão ao enfrentamento.** Brasília: IFB, 2016.
4. OLIVEIRA, Izaqueu Chaves de e OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de. Os desafios enfrentados pelos estudantes, filhos de agricultor familiar, no ingresso e permanência no IFRO. **II Workshop Nacional sobre Evasão na Educação Profissional Técnica e Tecnológica: da compreensão ao enfrentamento.** Brasília: IFB, 2016.